

# Boletim de Conjuntura Econômica do ABCDMRR

## EDITORIAL

As sete cidades do ABCD possuíam, na última edição do índice de inadimplência de pessoa física da CDL São Caetano/SPC Brasil, mais de 399.000 consumidores negativados em pelo menos um dos dois principais birôs do Brasil. Quatro em cada dez pessoas entre 18 e 65 anos possuíam restrições.

É uma cidade inteira de consumidores que possuem, em alguma medida, limitações para concessão de crédito.

No entanto, em que pese o número bastante grande de inadimplentes tão importante é a possibilidade de acessar publicamente esses números e através deles construir caminhos para mitigar o superendividamento e combater os efeitos sociais da inadimplência: a queda de consumo, os juros altos e a diminuição da mobilidade do cidadão nas classes sociais.

Conhecer a inadimplência e a capacidade de endividamento da população é fundamental em uma sociedade saudável, madura, que pretende fortalecer economicamente sua região e formular políticas públicas de crescimento econômico e produção de riquezas. Olhar para o número de inadimplentes de cada cidade é também ver a maioria, adimplente, que cumpre suas obrigações e que constrói o ambiente necessário para o desenvolvimento do empreendedorismo e a transição da matriz econômica, predominantemente, metalmeccânica para outra, ainda em construção.

Políticas e programas que fortalecem a transparência nas relações financeiras possuem o condão de valorizar o indivíduo, melhorar a capacidade crítica do uso do dinheiro e construir mais reflexão sobre o consumo. Alternar o modelo econômico que estimula o consumo, lastreado na concessão de crédito, para um modelo que estimula a produção de riquezas lastreado na educação financeira é urgente nesse momento.

A necessidade é de um crédito indutor à igualdade, à democracia e ao acúmulo de capital e uma população habilitada a pensar nos seus interesses financeiros no médio e longo prazo.

E temos que perceber que o ABCD possui o ambiente necessário para implementação desse novo hábito social. Somos uma região potencialmente populosa, com características benéficas de tráfego de compradores entre os corredores de consumo, acesso quase pleno à educação e aos meios de comunicação e aparelhos celulares. Temos criado bastantes empregos formais e potencializado os ambientes de negócios.

Nosso desafio é firmar um pacto a favor da educação financeira e monitorar a transferência da matriz econômica regional para nos adiantarmos às necessidades que virão.

**Alexandre Damásio Coelho**

[alexandre.damasio@cdlsaocetano.org.br](mailto:alexandre.damasio@cdlsaocetano.org.br)

**Câmara de Dirigentes Lojistas de São Caetano do Sul - CDL São Caetano**



## Sumário

|   |    |
|---|----|
| Expediente  | 01 |
| Reconversão industrial e a economia do Grande ABC: análise de cadeias produtivas instaladas na região | 02 |
| Dicas para uma vida financeira saudável   | 03 |
| O perfil do consumidor superendividado de região do Grande ABC  | 03 |
| Profissionais Liberais do Grande ABC contam hoje com fundos de Pensão de Classe                       | 04 |
| Desconforto numa economia estagnada: para quem?   | 04 |
| Endividamento das famílias do ABC Paulista piora no cenário atual                                     | 05 |
| Dados do Crescimento das Empresas da Região mostram que a solução encontrada, é o empreendedorismo!   | 06 |
| Inadimplência e educação financeira na sociedade: do que estamos falando?                             | 06 |
| Dados do ABC  | 08 |

## Expediente

### **Conselho Regional de Economia/SP - CORECON/SP**

**Presidente:** Pedro Afonso Gomes

**Vice-presidente:** Gilson de Lima Garófalo

**Conselho Editorial:** Antônio Fernando Gomes Alves (n. 30.631), Vinicius Oliveira Silva (n. 31.235), Sandro Renato Maskio (n. 29692), Adriana Maria de Sousa (n. 34.954), Sandra Collado Gonsales (n. 35.169), José Roberto Rodriguez Silva (n. 31.894), Lucio Flavio da Silva Freitas (n. 37.307), Claudete da Silva Magalhães, Lorenzo Rea (n. estudante 4587)

**Edição e Diagramação:** Vinicius de Menezes Creme

**Revisão:** Karen Francis Bellomo Ringis

**Periodicidade:** Mensal

**E-mail:** coreconabc@terra.com.br

### **Delegacia Regional do Grande ABC**

**Delegado Regional:** Antônio Fernando Gomes Alves

**Secretária:** Claudete da Silva Magalhães

**Estagiário Econômico:** Lorenzo Rea

### **Delegacia Regional do Grande ABC - Conselho Regional de Economia/SP - CORECON/SP**

Rua Campos Sales, 490 - Sala 92 - Centro - Santo André - SP - CEP: 09015-200 Telefone: (11) 4436-6482

É permitida a reprodução das matérias reportadas no Boletim desde que ocorra a citação das fontes. A responsabilidade do conteúdo das matérias é exclusivamente atribuída aos respectivos autores.

## RECONVERSÃO INDUSTRIAL E A ECONOMIA DO GRANDE ABC: ANÁLISE DE CADEIAS PRODUTIVAS INSTALADAS NA REGIÃO

### Introdução

No contexto das últimas décadas, a dinâmica do processo de reestruturação e reorganização dos processos produtivos tornou-se fundamental para manter posição competitiva em um mundo onde as distâncias entre as fronteiras tornavam-se cada vez menores. Entretanto, a competição tornou-se cada vez mais aguda, com um número de cidades, regiões e países tornando-se cada vez menos competitivos de um lado, sofrendo com desindustrialização e crise, enquanto outros países e regiões prosperaram.

O atual cenário de retração econômica oriunda das medidas de distanciamento social e interrupção de algumas atividades econômicas por conta da Covid-19, demanda a adoção de políticas pelo Estado com vistas à recuperação da economia. De um lado, o atual cenário gerou ao setor produtivo abalos em função da dependência de certas cadeias mundiais de produção e comercialização. De outro, o espraiamento da recessão em diversos países expôs a falta de resiliência das economias, bem como da capacidade de consumo dos diversos mercados.

Entre as décadas de 1950 e 1980 o Grande ABC tornou-se uma das principais regiões econômicas do país por receber elevados investimentos produtivos para ampliação da capacidade produtiva nacional, atraídos pela infraestrutura paulista e localização privilegiada da região, formada por uma planície próxima ao centro financeiro instalado na capital, São Paulo, e do Porto de Santos.

Não obstante, considera-se que a região não se garante de um sistema de inovação dinâmico, com a integração aos atores regionais potencialmente capazes de colaborar com a geração de competências que viessem a se tornar fatores diferenciais de competitividade. Isso posto, é fato que o cenário do momento aponta para um contexto agudo de fragilidade da atividade industrial das empresas da região. Contornar e estabilizar essas variáveis estruturais exige dos governos e das empresas industriais a formulação de estratégias para atuação na crise econômica mundial, as quais podem ser dadas por políticas e iniciativas de reconversão industrial – cujo debate será apresentado a seguir.

### 1) O que é reconversão industrial?

O debate sobre reconversão industrial aponta para uma via de transição e ressignificação das estruturas industriais. Nesse contexto, esforços combinados entre mudanças técnicas nas

empresas e políticas industriais governamentais podem constituir a pedra angular no debate da reconversão industrial, envolvendo temas como proteção e abertura de mercados, financiamento, mudança tecnológica e novos formatos organizacionais.

A reconversão industrial se destaca por basear-se na diversificação da produção industrial, gerando um potencial de crescimento econômico maior e mais estável. Ainda, a diversificação produtiva permite expandir os mercados de atuação das firmas, explorando novas demandas e reduzindo a ociosidade da capacidade produtiva instalada. É desse contexto que surge a Reconversão Industrial: o processo de diversificação produtiva em que as empresas ampliam o escopo de seus produtos a partir do maquinário, plantas e competências já existentes, possibilitando a retomada da competitividade sem que se faça necessário recomençar o processo de industrialização do zero.

Para estruturar ações ligadas à reconversão industrial, é preciso ter em conta as especificidades dos países onde se formula essa estratégia, levando em consideração as diferenças econômicas, tecnológicas e sociais dos países em desenvolvimento.

O processo de reconversão industrial em países localizados na Europa permitiu à região se inserir de forma mais importante no contexto econômico global. Nesses países, o modelo segue o entendimento de supremacia política do setor público, onde o papel do governo é significativo e a caracterização do livre mercado assume feições distintas dos contornos estadunidenses.

Na China, a reconversão industrial orientou-se por metas estatais e contempla a reestruturação dos distritos industriais chineses, o surgimento de clusters tecnológicos e a inserção internacional de empresas em cadeias globais de produção. No campo da saúde, expressivos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, substituição de importações e consolidação industrial são pilares do movimento governamental chinês, em seu atual plano quinquenal; produtos biofarmacêuticos e equipamentos médicos de alta intensidade tecnológica configuram um dos setores prioritários do programa "Made in China 2025".

Nos EUA, coordenaram-se programas de estruturação da indústria nas esferas federal e estadual, destacando-se a criação de centros de apoio à indústria nos anos 1970. Ligados às universidades locais, esses centros tinham como objetivo estimular novos negócios e alavancar a pesquisa tecnológica, com efeitos de médio e longo prazos. Por seu turno, os países latino-americanos concentraram-se em conter efeitos inflacionários de suas economias, dando menor ênfase a políticas de crescimento econômico ancoradas no setor industrial.

As experiências de reconversão em diferentes países salientam a importância de se ampliar as capacidades da indústria a partir da mobilização de instituições e da formulação de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico para ampliação da competitividade das empresas. Essa capacidade de articulação é um imperativo atual para os desafios decorrentes da pandemia COVID-19, especialmente no complexo industrial da saúde.

### 2) Cadeias produtivas e economia do Grande ABC: reflexões de elementos para o debate da reconversão industrial na região

A região do Grande ABC é composta por 7 municípios e conta com uma população de aproximadamente 2.825.000 habitantes. Como parte fundamental do cinturão industrial brasileiro, o Grande ABC conta com o terceiro maior PIB Industrial do país, atingindo valores de 29.7 bilhões de reais e abriga cerca de 24 mil indústrias que empregam quase 26% da população economicamente ativa. Desde o final do século XX, a região se encontra em crise devido à concorrência com players estrangeiros e à desconcentração da produção industrial da metrópole paulista para o interior do estado de São Paulo e do Brasil.

Historicamente, a cadeia produtiva de maior destaque no Grande ABC é a metalmeccânica, ancorada nas montadoras multinacionais e na produção de peças e equipamentos para o setor automotivo, além da cadeia petroquímica, em função da presença do Polo Petroquímico de Capuava. Outras cadeias produtivas menores compreendem a cosmética, farmacêutica, moveleira e siderúrgica.

De modo a compreender as condições econômicas presentes das cadeias produtivas metalmeccânica, automotiva, química e petroquímica da região e o potencial de desenvolver projetos de reconversão e reestruturação industrial, ponderou-se nessas cadeias sobre: participação no PIB regional; complexidade tecnológica; diversidade produtiva; pauta de exportação; e presença de capital estrangeiro.

A análise dos dados coletados revelou que entre as cadeias produtivas analisadas, a petroquímica é que possui mais elementos para se movimentar na direção da reconversão industrial. A cadeia petroquímica apresenta complexidade tecnológica e diversificação produtiva em suas operações, além de um elevado volume de capital estrangeiro e participação econômica regional.

A cadeia metalúrgica também apresenta elementos que conectam positivamente suas empresas para iniciativas de

reconversão industrial. Mesmo que não abarcando a mesma complexidade tecnológica ou possuindo diversificação robusta como a do ramo petroquímico, sua importante participação na economia regional indica que a reconversão neste setor permitiria contribuir para a dinamização atual do Grande ABC.

O mesmo argumento pode ser atribuído à cadeia automotiva, ainda que com menor intensidade, devido à origem de capital internacional das empresas que operam na região e a resistência gerencial das empresas do setor à reconversão industrial. A cadeia química não apresenta uma grande afinidade com esse processo, considerando o seu posicionamento na participação no PIB regional; complexidade tecnológica; diversidade produtiva; perfil de exportação; e presença de capital estrangeiro.

Em tempo, cumpre informar que os indicadores utilizados de forma exploratória neste trabalho não representam a totalidade dos fatores que devem ser levados em consideração, como a estrutura organizacional das empresas de cada cadeia produtiva, bem como a influência de políticas públicas de incentivo às empresas.

O esforço para formulação de políticas de desenvolvimento industrial é fundamental para ampliação da competitividade das empresas, incentivando processos de inovação tecnológica, diagnosticando os setores econômicos mais afeitos à reconversão industrial para atendimento de mercados existentes e potenciais. Ademais, o uso de instrumentos mais arrojados no Brasil como as compras governamentais e encomendas tecnológicas, definição de instrumentos de apoio para qualificação de negócios e tecnologias, cooperação empresarial e proteção a setores competitivamente mais sensíveis, ampliam a capacidade de mobilização da capacidade instalada do país na direção da reconversão industrial.

**Anapátricia Morales Vilha**

[anapatricia.vilha@ufabc.edu.br](mailto:anapatricia.vilha@ufabc.edu.br)

**Professora dos Programas de Graduação e Pós Graduação em Economia UFABC**

**Daniel de Andrade Fontoura**

**Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Biotecnociência UFABC**

**Fabio Danilo Ferreira**

**Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Biotecnociência UFABC**

## DICAS PARA UMA VIDA FINANCEIRA SAUDÁVEL

Com a experiência no atendimento aos Superendividados do Procon-SP, pudemos identificar alguns problemas que envolvem a chegada dos consumidores a essa situação e apresentar modos de prevenção e algumas dicas de economia doméstica para o equilíbrio da vida financeira.

Vivemos momentos de alta de preços tanto nos serviços essenciais, itens de alimentação, moradia, transportes,

medicamentos, educação e, portanto, é necessária uma mudança de comportamento para atingir a meta de receita (salários/rendas) e fechar o mês com sobra. Planejamento e organização são as palavras-chave.

O primeiro passo é ter um diagnóstico das finanças da família, reunindo todos e definindo um limite de gastos mensais. Com esse controle simples de receitas x despesas, é possível verificar os gastos que podem ser diminuídos ou mesmo suprimidos em prol de uma vida financeira mais saudável, como planos de TV ou celular mais baratos, diminuir refeições fora de casa, procurar formas de lazer gratuitas, fazer a lista para o supermercado, utilizar conta corrente sem tarifas (pacote essencial), pagar as contas na data do vencimento para não pagar juros, etc.

Após o diagnóstico, uma importante mudança esperada é evitar compras por impulso. Uma boa dica é se perguntar se realmente precisa daquele item. Bem sabemos do bombardeio que existe por parte do marketing para que pensemos que "precisamos muito" consumir determinado produto, daí a importância de parar e pensar antes de comprar.

Com as contas de serviços essenciais nas alturas, precisamos adotar algumas medidas de economia no dia a dia, que podem parecer pequenas, mas no final do mês fazem muita diferença. Por exemplo: não deixar aparelhos plugados nas tomadas, pois aquele famoso stand by (em espera) consome energia, procurar não se demorar no banho, utilizar luzes de LED que são mais econômicas, adquirir aparelhos com etiquetas energéticas A / A+ / A++ que seguramente economizam energia, manter as torneiras bem fechadas, reutilizar água para lavar o quintal.

É muito importante ter uma reserva financeira para imprevistos e se não dominar outras formas de investimento, a poupança é um bom início.

Sempre enfatizamos que a utilização de qualquer tipo de crédito deve ser apenas emergencial, para aquelas situações inesperadas que impossibilitam outra saída. Os maiores endividamentos ocorrem pelo uso do cartão de crédito e cheque especial, modalidades facilitadoras, de difícil controle e com os juros mais altos do mercado, que devem ser evitados. E antes de buscar crédito, sempre comparar as taxas e juros cobrados, escolhendo o mais barato.

Criando o hábito de ter essa reserva financeira, a utilização de crédito será sempre menos recorrente, podendo dar preferência para compras à vista, sem comprometer o salário e obtendo descontos.

O hábito é a repetição de um ato que se torna regra, até o ponto de se tornar uma atitude espontânea e modificar o comportamento.

Caso esteja sem poder para avaliar sua vida financeira, siga as dicas e verifique no final do mês o quanto economizará no resultado. A persistência valerá a pena.

**Ana Lucia Kenickel Vasconcelos**

[ana.vasconcelos@procon.sp.gov.br](mailto:ana.vasconcelos@procon.sp.gov.br)

**Coordenadora do Núcleo de Tratamento do Superendividamento ProconSP.**

## O PERFIL DO CONSUMIDOR SUPERENDIVIDADO DA REGIÃO DO GRANDE ABC

Para tentar alertar você cidadão que está com dificuldade para equilibrar o que recebe com o que gasta, principalmente você consumidor que utiliza crédito e está sofrendo ainda mais nestes últimos tempos, observe as orientações de quem conhece do problema, procure ajuda de programas especializados para evitar chegar ao nível de superendividamento, comprometendo seu orçamento, seu sustento e sua qualidade de vida presente e futura.

Abaixo seguem os dados do Programa de Apoio ao Superendividado, o PAS, do Procon-SP, programa do governo do Estado de São Paulo destinado a orientar e tentar renegociar dívidas dos consumidores, todo procedimento do PAS é amigável, assim depende das condições do devedor, do tipo de dívida e da boa vontade do credor.

O consumidor faz seu cadastro espontaneamente no PAS, diante desse cadastro, foi realizado um recorte dos moradores dos sete municípios da Região do Grande ABC, as informações são desde janeiro de 2019 até o mês de junho de 2022. Com a Lei de Prevenção e Tratamento do Superendividamento, Lei nº 14.181 de 01/07/2021, ocorreu um grande aumento nos cadastros, porém essa legislação precisa de regulamentação para ser utilizada na íntegra.



Fonte Elaboração Própria. PAS, Procon-SP, 06/2022.

O Gráfico 1 mostra a distribuição de consumidores por período, chegando ao total de 931 cadastros, destes temos o seguinte perfil principal:

**Sexo:** Feminino. Lembro que este é um cadastro espontâneo, isso mostra que as mulheres procuram mais ajuda para resolver seu problema de endividamento.

**Faixa Etária:** Maioria com idade de 31 a 40 anos. Também

tem muitos registros de consumidores antes e depois desta faixa etária.

**Estado civil:** Casado, em seguida vêm os solteiros.

**Escolaridade:** Ensino Médio, em seguida com ensino superior.

**Tem o nome com restrição** nos cadastros de crédito.

**Não possui bens:** não tem imóvel, não tem automóvel.

**Não é servidor público.**

**Maioria possui dependentes de sua renda,** em média quase dois dependentes por consumidor (1,8).

**Principal causa das dívidas:** Descontrole Financeiro, outras causas muito citadas foram: desemprego e redução de renda.

**Quantidade de credores** que deseja renegociar, vem aumentando chegando no último período, de janeiro a maio de 2022, uma média de praticamente 4 (quatro) credores por consumidor (3,94).

**Distribuição de consumidores cadastrados por cidade:** maioria é de São Bernardo do Campo, seguido por Santo André, natural por serem os municípios com maior população na região. O Gráfico 2 mostra mais detalhes dessa distribuição.



Fonte Elaboração Própria. PAS, Procon-SP, 06/2022.

Mostrar este perfil também é importante para estimular o poder público, os agentes do mercado financeiro e toda sociedade a pensar maneiras de evitar o superendividamento, criando formas de amenizar os efeitos da falta de renda/consumo, como por exemplo, oferecer serviços públicos direcionados para resgatar o cidadão que está num elevado nível de superendividamento. Nessa situação ele não consegue mais pensar, agir racionalmente, pois seu psicológico, seu bem-estar e de toda sua família já estão prejudicados, o que compromete seu desempenho profissional e sua participação na sociedade.

**Ms. Vinicius Oliveira Silva, professor de Economia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Especialista da Fundação Procon-SP e Delegado Municipal do CORECON-SP em São Caetano do Sul.**  
[profviniciusos@gmail.com](mailto:profviniciusos@gmail.com)

**Ana Lucia Kenickel Vasconcelos**

[ana.vasconcelos@procon.sp.gov.br](mailto:ana.vasconcelos@procon.sp.gov.br)

**Coordenadora do Núcleo de Tratamento do Superendividamento Procon-SP**

## PROFISSIONAIS LIBERAIS DO GRANDE ABC CONTAM HOJE COM FUNDOS DE PENSÃO DE CLASSE

Vivemos em um mundo muito acelerado, as tarefas do dia a dia começam desde cedo a consumir nossas horas diárias, e nossa vida, que desde uns tempos para cá sem pedir nem ver; estão mais digitais do que nunca! Mas pare e pense por um segundo ... Se você tivesse morrido ontem, como ficariam sua família e seus dependentes? Seus projetos de vida e tudo mais...

A pandemia trazida pelo Covid no final do ano de 2019, a qual se alastrou no início de 2020, trouxe uma nova realidade destacada e, segundo consta no site Revista Apólice, em matéria divulgada em julho de 2021, "Em 2020, as contratações individuais de proteção de vida cresceram 26,2% em prêmios no comparativo com 2019". Foi maior que o de Seguros de Automóveis, que registrou apenas 4% de crescimento, mantendo-se como segmento de maior participação no mercado geral, com 37%".

No Grande ABC, uma vantagem para o profissional de Classe, como exemplo advogado, economista, arquiteto, engenheiro e médico são os chamados "Fundos de Pensão de Classe". Destaco que hoje a principal vantagem em se associar a um fundo de pensão é a alocação de recursos em forma de regime associativo (segue a regra e prerrogativa de acordo com lei 109/01) com a taxa de administração e taxa de Aporte Zero, como é o exemplo do fundo de pensão da OAB-SP, a OABPREV-SP que existe há mais de 16 anos e possui hoje 1 bilhão e duzentos milhões em caixa, exclusivo a advogados

Se você é profissional liberal, dentro do Grande ABC, não deixe de pesquisar as garantias e benefícios que a sua categoria profissional oferece, isso com certeza fará total diferença na sua vida e na vida da sua família no futuro.

**Paulo Ricardo de Oliveira, Economista e Consultor Financeiro.**

[pauloeconomista82@gmail.com](mailto:pauloeconomista82@gmail.com)

## DESCONFORTO NUMA ECONOMIA ESTAGNADA: PARA QUEM?

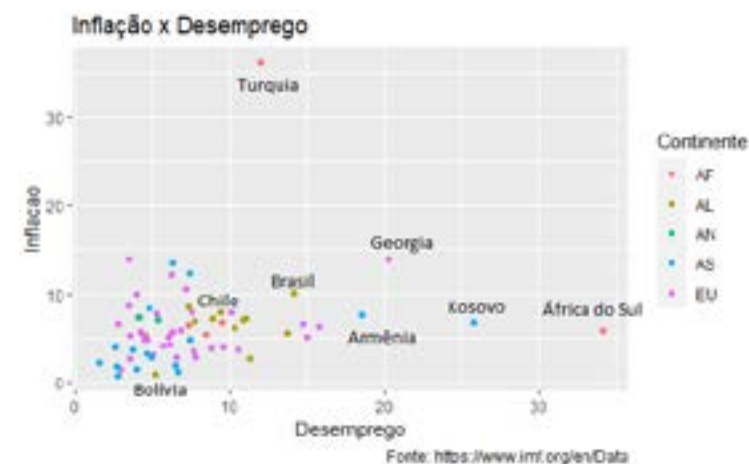
A chamada taxa de desconforto é uma medida das mais interessantes e intuitivas dentre os tantos índices, números e gráficos que fazem parte do jargão econômico. De modo simples e direto, a taxa mostra o quanto o sistema produtivo de um país pode ser severo com os seus cidadãos, seja pelo aumento do custo

de vida, ou pelo risco da perda do emprego. É calculada pela soma de duas taxas, a de inflação, e a de desemprego.

Nos últimos 12 meses encerrados em abril, a inflação oficial, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulou alta de 11%. Ou seja, nesse período, uma família com renda de R\$ 4 mil viu seu orçamento doméstico encolher o equivalente a R\$ 440. A perda é significativa e tem uma agravante: a inflação atinge duplamente as famílias com menor poder de compra. Primeiro, dada a menor capacidade de poupança e investimento e, com isso, menor capacidade de proteção dos seus ganhos. E segundo, a inflação atual deve-se, em boa medida, à elevação dos preços dos alimentos e dos transportes, itens que ocupam boa parte do orçamento das famílias mais pobres.

Por sua vez, o desemprego reflete a incapacidade da economia em oferecer ocupação a seus trabalhadores. Ainda que aceitem as condições desiguais oferecidas pelo mercado, não conseguem oportunidade de emprego. No primeiro trimestre desse ano, a taxa de desemprego recuou para 10,5% (IBGE, 2022). E desde 2015, supera os dois dígitos. É uma situação duríssima para mais de 11 milhões de brasileiros, que procuram ocupação, sem contar os desalentados ou subempregados. É de corar o rosto de quem, no Ministério da Economia, não tiver cara de pau.

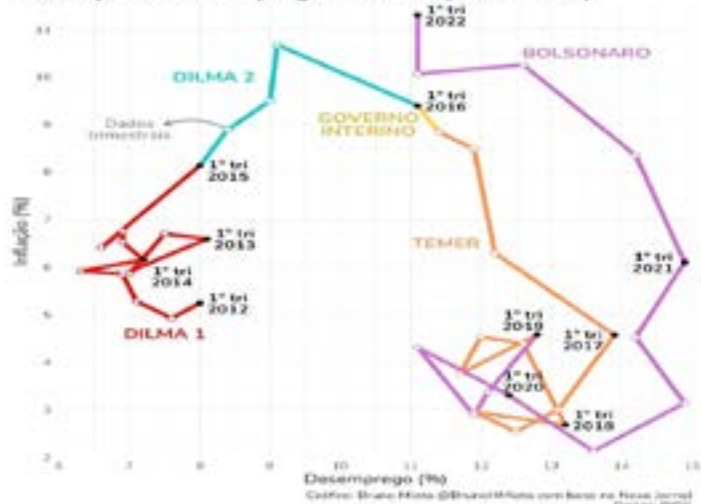
A situação do Brasil quanto à taxa de desconforto, em comparação internacional, pode ser visualizada no gráfico, os dados são para 2021.



Vê-se que, no ano passado que a economia brasileira registrou um nível elevado de desconforto. Distante dos extremos, com a Turquia, com 36% de inflação. Ou a África do Sul, com desemprego de 34%. Ainda assim, muito pior que a maioria dos países e continentes.

O desconforto foi maior aqui do que nos demais países latino-americanos amostrados, dentre os quais o Chile, a Colômbia e a Bolívia – registra-se que nem todos os países da América Latina estavam na amostra, por exemplo, falta a Argentina, vivendo um período de inflação elevada. Mesmo assim, no ano passado, o indicador atingiu 24%, maior do que no auge da crise de 2016 quando foi de 20%. A causa imediata deste resultado ruim foi o aumento da inflação, que teve origem na crise sanitária e consequente desarticulação das cadeias produtivas. Mas salta aos olhos a incapacidade de lidar com o desemprego. E como se comportou a taxa nos últimos governos?

A inflação e o desemprego no Brasil (2012-2022)



No primeiro governo Dilma, o desemprego manteve-se baixo na maior parte do tempo, porém, houve um crescimento contínuo da inflação. No segundo governo, inflação e desemprego aumentaram, a primeira, em função da liberalização abrupta dos preços administrados e da incerteza no cenário político, principalmente, em 2015. A segunda, pela crise econômica que se instalou, efeito que permaneceu até 2017.

Daí, até 2018, a inflação recua. Finalmente, a pandemia continua afetando o desemprego de forma estrutural, e a inflação mais gravemente. Em que pesem os eventos que marcaram a economia nesses anos, é visível no gráfico uma divisão de cenários e perspectivas delimitadas a partir de 2016. É possível traçar um divisor imaginário verticalmente que opõe as duas partes do gráfico, com desemprego acima ou abaixo de dois dígitos. Diante

do contexto eleitoral, o governo move a política econômica de maneira efêmera para conter a elevação dos preços, ao menos até o fim do ano, mas o desemprego parece não ser prioridade na programação econômica e, muito menos em resolver esse problema crônico, nem mesmo a comoção afetando a mesa das famílias dos brasileiros; razão suficiente para aumentar o nosso desconforto!

**Antônio Fernando Gomes Alves, professor de Economia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Fundação Santo André, Delegado Regional do CORECON/SP no ABC, doutor em Psicologia Social e Trabalho pela PUC/SP. [antonio.alves@online.uscs.edu.br](mailto:antonio.alves@online.uscs.edu.br)**  
**Lucio Flavio da Silva Freitas, professor de Economia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul; doutor em Economia pela Unicamp; economista do Grupo Euro 17. [lucio.freitas@online.uscs.edu.br](mailto:lucio.freitas@online.uscs.edu.br)**

### ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS DO ABC PAULISTA PIORA NO CENÁRIO ATUAL.

De acordo com os dados do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), vinculado à Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, a idade dos registros de inadimplência junto ao birô diminuiu nos últimos três meses no município de São Caetano do Sul. Isso sugere uma elevação da inadimplência. Conforme gráfico abaixo.



Fonte: CDL de São Caetano do Sul, 2022.

Com efeito, o que acontece em São Caetano é um reflexo da situação nacional. Outro birô que lida com informações desse tipo é a Serasa. Os registros da empresa mostram uma notícia nada nova, mas preocupante: aumentou a inadimplência no Brasil. A Serasa considera inadimplente o consumidor ou famílias que têm uma ou mais contas vencidas e que não foram quitadas. Em valores de hoje são mais de R\$223 milhões em dívidas, e mais de 65 milhões de famílias na condição de inadimplentes.

Ainda segundo a Serasa, no mês de março, em relação ao mês anterior, o crescimento da inadimplência foi de 0,94% em valores monetários, e 0,81% em número de pessoas. Em média, cada pessoa deve R \$4.046,31. A maior parte das dívidas é com sistema financeiro, banco ou cartão de crédito com 28,6%, seguido

das contas básicas de consumo como água e luz, 23,2% e então as compras no varejo, 12,6%. Um dado se faz interessante. Pessoas com maior idade parecem administrar melhor suas contas pessoais, ou seja, 36% dos inadimplentes têm entre 18 e 30 anos, 31% têm entre 31 e 40, 18% têm entre 41 e 50 anos, 10% entre 51 e 65 anos, e 2% têm acima de 65. A série histórica abaixo sinaliza essa evolução, ou seja:



Fonte: Serasa, 2022.

O cenário não é diferente entre as empresas. No acumulado de 12 meses encerrado em abril, o número de empresas inadimplentes aumentou 3,5% atingindo 6,1 milhões. O que é revelador é o grau de endividamento de micro e pequenas empresas, ou seja, 90% estão com o cadastro comprometido. O agravamento se fez pela pandemia de Covid-19, o difícil acesso ao crédito devido à elevação da taxa básica de juros pelo Banco Central para manter as portas abertas aos negócios e o crescimento lento da economia, depois de recuperadas as perdas do período, explicam esse cenário desalentador.

Esse cenário não surpreende, pois, em tempos de elevação da taxa de juros e combinada com inflação dos preços, o risco de inadimplência aumenta e se consolida. O encarecimento dos alimentos, de fato, pode ser interpretado como um dos principais fatores ocasionadores do aumento da inadimplência entre os brasileiros. Dados do IPCA, do IBGE mostram que a inflação de cereais, leguminosas e oleaginosas, categoria alimentícia na qual estão incluídos arroz, feijão e macarrão, entre outros, alcançou 6,8% no ano de 2022. Muito pior é o quadro inflacionário de tubérculos, raízes e legumes (batata, tomate, cebola etc.), cujos preços se elevaram em 37,2% neste ano, e de hortaliças e verduras, que acumularam uma inflação anual de 35,8%. Compreende-se, portanto, que itens comuns da cesta básica nos hábitos alimentares dos brasileiros sofreram, na primeira parte de 2022, um severo

processo inflacionário, enquanto reajustes salariais são esperados somente ao início do próximo ano, constituindo-se assim uma dinâmica econômica que compromete proporcionalmente mais a renda do brasileiro com gastos essenciais como alimentação. Dessa maneira, o orçamento familiar para o pagamento da sobrevivência das famílias encolhe e descortina o pagamento das obrigações com o mercado, fazendo encolher e negatizar o cadastro desses consumidores.

O mesmo é verificado na Pesquisa sobre Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) realizada pela Fecomércio SP. A pesquisa indica um expressivo aumento das famílias endividadas e inadimplentes no Estado de São Paulo, desde meados de 2021, justamente em concomitância com a aceleração do processo inflacionário. Segundo a PEIC, entre agosto de 2021 e abril de 2022, houve no estado paulista um aumento das famílias endividadas de 67,2% para 75,3% do total, enquanto as famílias inadimplentes aumentaram de 18,8% a 24,6% e aquelas que não terão condições de pagar de 7,7% a 10,1%. Resumindo, atualmente 75% da população paulista está endividada, 25% encontra-se inadimplente e 10% não terá condições de honrar as obrigações contraídas junto aos bancos e as demais instituições financeiras.

**Antônio Fernando Gomes Alves, professor de Economia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul e Fundação Santo André, Delegado Regional do CORECON/SP no ABC, doutor em Psicologia Social e Trabalho pela PUC/SP. [antonio.alves@online.uscs.edu.br](mailto:antonio.alves@online.uscs.edu.br)**

**Lucio Flavio da Silva Freitas, professor de Economia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul; doutor em Economia pela Unicamp; economista do Grupo Euro 17. [lucio.freitas@online.uscs.edu.br](mailto:lucio.freitas@online.uscs.edu.br)**

**Lorenzo Rea, bacharelado em Economia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Estagiário Econômico na Delegacia Regional do Grande ABC do Corecon/SP, bolsista PIBIC do CNPq. [coreconabc@terra.com.br](mailto:coreconabc@terra.com.br)**

#### **DADOS DO CRESCIMENTO DAS EMPRESAS DA REGIÃO MOSTRAM QUE A SOLUÇÃO ENCONTRADA, É O EMPREENDEDORISMO!**

A participação das empresas no grande ABCDMRR aumentou em todos os setores da economia nos últimos 2 meses. Analisando as formalizações dos MEI, observamos uma evolução de 1,33% na região como um todo, destacamos o aumento de 1,66% em Rio Grande da Serra no período, no enquadramento como MEI, seguido por Mauá que teve um incremento de MEI de 1,57% do total, seguida por São Bernardo do Campo com 1,44% e Diadema com 1,42% que ficaram acima do crescimento da região como um todo, as cidades de Santo André 1,09% e São Caetano do Sul com 1,22% cresceram menos mas também cresceram na formalização de MEI na região, que conta com 173.478 microempreendedores individuais inscritos nas cidades do ABCDMRR. A formalização como MEI representa a porta de entrada na formalização de

empresas na região.

Verificamos que o setor que mais cresce na região é o setor de serviços em todas as cidades da região sendo puxado por São Caetano do Sul 64,85%, seguido por São Bernardo do Campo 60,56%, Santo André 58,95%, Ribeirão Pires 53,76%, Diadema 51,75%, Mauá 50,67%, Rio Grande da Serra 50,56%, que mostra que realmente deixamos de ser uma região industrial, onde o PIB predominante passou a ser na área de serviços, onde a mudança do contexto da nossa vocação é percebida pela mudança mundial da industrialização centrada na China e que se refletiu diretamente aqui, também notamos que outro movimento que aconteceu drasticamente foi a formalização de pessoas informais ou autônomas em MEI, que representam hoje a maioria das empresas presentes no Grande ABC e reforçam a economia das cidades com geração de empregos e renda, além de diminuir a procura pelo emprego com carteira assinada, e aumentando a oportunidade de atuação no mercado, e a cidade que puxou esse movimento foi a cidade de Rio Grande da Serra, com 77,46% das empresas na modalidade, seguida por Mauá 71,58%, Diadema 66,64%, Ribeirão Pires 65,02%, São Bernardo do Campo 56,22%, Santo André 55,52% e São Caetano com 42,28%, único que ficou baixo da participação regional, com 58,20%, ainda assim um percentual muito bom de representação.

Notamos que as cidades com maior concentração de pobreza e baixa escolaridade foram as cidades que mais evoluíram com formalizações do MEI, muito possivelmente pela necessidade de empreender. Ainda em nossa análise, notamos que o setor de agronegócio é o que menos tem representação na região, sendo que o município que mais contribui para o setor é Rio Grande da Serra, com 0,85% e que praticamente se mantém estável, sem oscilações; e o que menos contribui é São Caetano do Sul com 0,06%, isso é plenamente lógico pelo aspecto territorial, por se tratar de ser o menor município da região com 15 km<sup>2</sup> e ainda assim existirem algumas práticas de hortas comunitárias debaixo das redes da antiga Eletropaulo ou Enel.

Notamos que praticamente a indústria e o comércio se mantiveram estáveis e empatados, respectivamente 0,83% e 0,82% no crescimento da região, e ambos passam por dificuldades conjunturais causados pelo desemprego, inflação alta, juros altos, concorrência, mercados internacionais, falta de crédito e baixa possibilidade de investimento!

Mesmo em meio a dificuldades, as empresas da região e os setores e continuam evoluindo por uma necessidade muito grande de se manterem no mercado, por empreenderem por necessidade e pelo perfil do brasileiro de encontrar uma solução sempre, afinal

o brasileiro não desiste nunca e isso explica o aumento de forma geral das atividades empresariais. Dessa forma, recomendamos que busquem apoio a entidades, como Sebrae-SP, Associações Comerciais, às prefeituras da região nos postos de atendimento do Sebrae presentes em todas as cidades do Grande ABCDMRR.

**José Roberto Rodriguez Silva, economista, MBA Administração, Delegado do Municipal de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, pelo Corecon Grande ABC. [jrrseconomista@terra.com.br](mailto:jrrseconomista@terra.com.br)**

#### **INADIMPLÊNCIA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA SOCIEDADE: DO QUE ESTAMOS FALANDO?**

##### **1) No passado...**

Desde o século passado, o Brasil enfrenta diversos problemas econômicos que afetam todo o mercado financeiro nacional, sendo necessário resgatar o período inflacionário da década perdida até a estabilização da economia gerada pela implementação do Plano Real.

Esta parte da história ocorrida entre os anos 80 e o início dos anos 90 pode justificar o comportamento de desconfiança em relação à remuneração familiar. A condição de instabilidade fez com que a compra planejada de longo prazo fosse praticamente descartada em prol do consumo imediato através de compras parceladas possibilitadas pelo crédito pessoal, mas que comprometem o orçamento dos próximos meses.

Com o Plano Real implementado em meados de 1994, a moeda estabilizada trouxe a possibilidade de se organizar, controlar e construir um planejamento financeiro. A Educação Financeira ganha força e grande importância para fugir das altas taxas de juros aplicadas por instituições bancárias e tem como meta principal de evitar o consumo descontrolado devido à maior facilidade de acesso de serviços financeiros como cartão de crédito, carnê de lojas, crédito consignado, financiamento de veículos, crédito imobiliário e cheque especial.

##### **2) No presente...**

Um ponto de atenção e preocupação que foi descrito por uma pesquisa realizada pelo Banco Central (2017), com a participação de 2 mil pessoas maiores de 16 anos, aponta que 56% dos entrevistados não fazem orçamento doméstico ou familiar. Além disso, 69% declararam que não pouparam nenhuma parte da renda mensal recebida e 82% desconhecem regras de juros compostos.

O controle orçamentário familiar vem se tornando cada vez mais difícil, principalmente nos tempos atuais onde existe uma crise econômica mundial potencializada pela pandemia do COVID-19 e que contribui com o aumento da inadimplência no país bem como no ABC Paulista apontado neste boletim.

Conforme último levantamento mensal do endividamento brasileiro divulgado pela Serasa, aponta que boletos e contas atrasadas já fazem parte da vida de mais de 66,13 milhões de brasileiros que se encontram inadimplentes, totalizando 271,6 bilhões de reais em dívidas. Um recorde e maior número da série histórica, iniciada em 2016.

Com relação ao perfil das dívidas, os segmentos de bancos e cartões possuem 28,1% dos débitos, enquanto as contas básicas como água, luz e gás representam 22,9% e o varejo apresenta 12,4% do total destas contas em atraso.

Na avaliação por faixa etária, 35,5% deste público possui entre 26 e 40 anos e 34,4% encontra-se entre 41 e 60 anos de idade.

Desde o início de 2022, mais de 2 milhões de brasileiros se tornaram inadimplentes. Além disso, cerca de 32 milhões possuem a renda totalmente comprometida fazendo com que fiquem impossibilitados de adquirir qualquer tipo de produto financeiro, de maneira ampla e irrestrita na sociedade.

### 3) No futuro: o que fazer?

Diante desta realidade, é importante avaliar e estudar as atitudes, comportamentos e os gatilhos que são utilizados para a tomada de decisão do consumo imediatista e sem nenhum tipo de planejamento.

A inclusão financeira passa ser um importante processo de acesso e uso de serviços financeiros adequados a necessidade de cada cidadão, gerando bem-estar financeiro dentro do projeto vida.

A implementação da educação financeira na escola também contribui para o desenvolvimento de boas práticas para o uso consciente do dinheiro, trazendo a real importância do indivíduo ser mais responsável com os próprios gastos diante da renda disponível no momento e ajudando as pessoas não só a economizar, mas também em como se comportar e usar o dinheiro para realizar seus sonhos e conquistar metas no longo prazo. E quanto mais cedo isso acontecer, melhor para todos.

Alguns projetos acadêmicos e as escolas do ABC estão

abordando a inserção da educação financeira em diversas etapas de ensino e a própria BNCC já trata como tema na grade curricular, temática esta pouco explorada nos estudos sobre as escolas. Muitos deles trazem a gamificação como um processo comprovado para motivar e engajar os alunos para a aprendizagem do tema através de mecânicas dos jogos para transformar o aprendizado mais dinâmico, rápido e de fácil entendimento para o estudante de hoje, mas ainda insuficiente. Temos que pensar uma abordagem mais cidadã para a educação financeira, de modo a repensar o consumo incontrollável, a renda e a distribuição na sociedade, ou seja uma educação financeira cidadã e não somente de controles métricos sob o que se ganha e o que se gasta. Eis um desafio para economistas e professores dentro e fora das escolas.

**Fabio Roberto Pierre (USCS)**  
[fabio.pierre@uscsonline.com.br](mailto:fabio.pierre@uscsonline.com.br)





# Dados do ABCDMRR

Clique aqui para acessar a nossa base de dados

[Banco de dados do ABCDMRR](#)

# Algumas das nossas fontes de dados

Dados sobre trabalho, emprego, renda (1), investimentos, PIB, exportações e importações (2), número de empresas por porte e setor (3), inflação e PIB (4)



**Novo Caged Rais (1)**



**SEADE (2)**



**SEBRAE (3)**



**IBGE (4)**

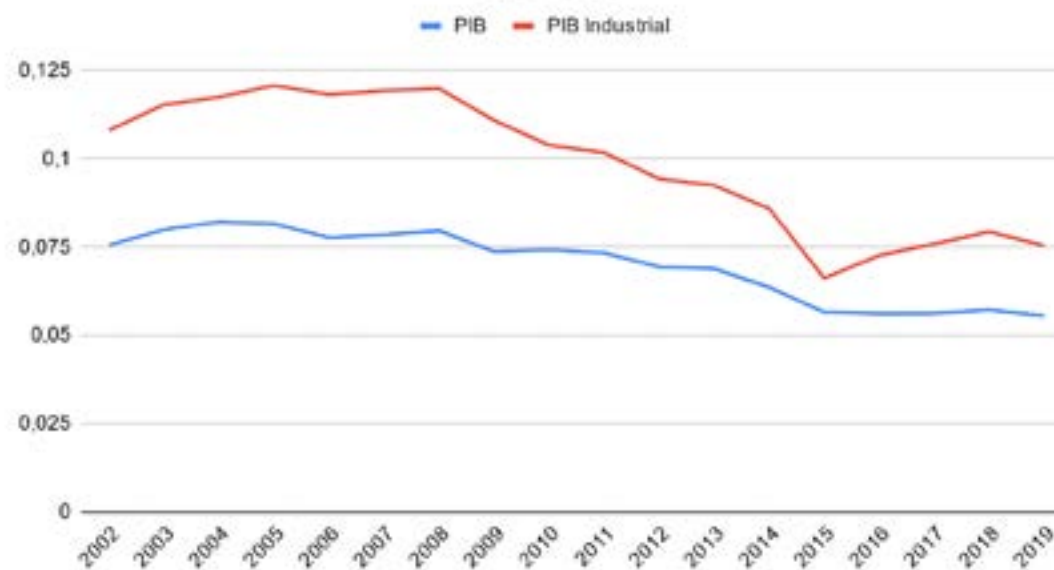
| Variação do PIB industrial do ABCDMRR |               |               |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Cidades                               | Período       |               |
|                                       | 2002-2019     | 2008-2019     |
| Santo André                           | -17,1%        | -18,5%        |
| São Bernardo do Campo                 | -36,8%        | -59,0%        |
| São Caetano do Sul                    | -61,6%        | -73,4%        |
| Diadema                               | -24,4%        | -41,9%        |
| Mauá                                  | 9,9%          | -8,6%         |
| Ribeirão Pires                        | -8,9%         | -23,6%        |
| Rio Grande da Serra                   | -30,3%        | -44,4%        |
| <b>ABCDMRR</b>                        | <b>-30,0%</b> | <b>-48,4%</b> |

Fonte: Delegacia Regional do Grande ABC do Corecon/SP (2022) a partir de SEADE

| Variação do PIB do ABCDMRR |              |               |
|----------------------------|--------------|---------------|
| Cidades                    | Período      |               |
|                            | 2002-2019    | 2008-2019     |
| Santo André                | 5,3%         | -1,4%         |
| São Bernardo do Campo      | -1,5%        | -32,3%        |
| São Caetano do Sul         | -36,1%       | -51,9%        |
| Diadema                    | 4,1%         | -19,8%        |
| Mauá                       | 23,8%        | 8,0%          |
| Ribeirão Pires             | 29,9%        | 11,2%         |
| Rio Grande da Serra        | 47,5%        | 28,4%         |
| <b>ABCDMRR</b>             | <b>-1,7%</b> | <b>-24,2%</b> |

Fonte: Delegacia Regional do Grande ABC do Corecon/SP (2022) a partir de SEADE

Participação do PIB e do PIB industrial do ABCDMRR no estado de São Paulo



Fonte: Delegacia Regional do Grande ABC do Corecon/SP (2022) a partir de SEADE

Inflação nos últimos 12 meses



Fonte: Delegacia Regional do Grande ABC do Corecon/SP (2022) a partir de SEADE